

Lucas Angioni

AS NOÇÕES ARISTOTÉLICAS
DE SUBSTÂNCIA E ESSÊNCIA
O LIVRO VII DA *METAFÍSICA* DE ARISTÓTELES

EDITORA UNICAMP

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

An45n Angioni, Lucas.
As noções aristotélicas de substância e essência : o livro VII da *Metafísica* de Aristóteles /
Lucas Angioni. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

1. Aristóteles. 2. Ontologia. 3. Causalidade. 4. Metafísica. 5. Hilemorfismo. I. Título.

CDD 185

111

122

110

ISBN 978-85-268-0816-4

Índices para catálogo sistemático:

1. Aristóteles	185
2. Ontologia	111
3. Causalidade	122
4. Metafísica	110
5. Hilemorfismo	110

Copyright © by Lucas Angioni
Copyright © 2008 by Editora da Unicamp

1ª reimpressão, 2012

Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada, armazenada em
sistema eletrônico, fotocopiada, reproduzida por meios mecânicos
ou outros quaisquer sem autorização prévia do editor.

Editora da Unicamp
Rua Caio Graco Prado, 50 – Campus Unicamp
CEP 13083-892 – Campinas – SP – Brasil
Tel./Fax: (19) 3521-7718/7728
www.editora.unicamp.br – vendas@editora.unicamp.br

A Isabel



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
INTRODUÇÃO	11
1 OS OBJETIVOS E INTERESSES DA INVESTIGAÇÃO DE Z.....	21
2 OS UNIVERSAIS PLATÔNICOS COMO SUBSTÂNCIAS E ESSÊNCIAS.....	45
3 <i>METAFÍSICA Z</i> 13-16.....	91
4 O INÍCIO DA INVESTIGAÇÃO.....	131
5 A ANÁLISE “LÓGICA” (“ <i>LOGIKÔS</i> ”) DA NOÇÃO DE “QÜIDIDADE” (Z 4-6).....	163
6 A INTRODUÇÃO DA ANÁLISE HILEMÓRFICA DAS <i>OUSIAI</i> NATURAIS	223
7 REDUÇÃO ÀS FORMAS E ELIMINAÇÃO DA MATÉRIA (Z-10 E Z-11, 1037 ^a 21- ^b 7).....	233
8 ARISTÓTELES ENTRE O “ <i>KOILON</i> ” E O “ <i>SIMON</i> ” (Z-11).....	273
9 UNIDADE ENTRE GÊNERO E DIFERENÇA E A CRÍTICA À “ <i>SYNANAIRESIS</i> ” EM Z-12	305
10 <i>OUSIA</i> , CAUSA DO SER E EXPLICAÇÃO CIENTÍFICA.....	327
11 ESSÊNCIA, HILEMORFISMO E TELEOLOGIA	351
CONCLUSÃO	385
BIBLIOGRAFIA.....	393
<i>INDEX LOCORUM</i>	405



APRESENTAÇÃO

ESTE LIVRO TEM ORIGEM EM MINHA TESE DE doutorado, “A noção aristotélica de ousia”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UNICAMP em 2000. Desde então, o texto original foi submetido a severas modificações. Em várias oportunidades, discuti versões preliminares de vários argumentos. Pude aprimorar meu trabalho pelas sugestões solícitas de vários colegas, bem como pelas relutâncias e dúvidas persistentes de orientandos e alunos.

Sem fazer injustiça aos que não são aqui nominalmente lembrados, gostaria de destacar as discussões de orientação com Luis Márcio Nogueira Fontes e Mateus Ricardo Fernandes Ferreira. Em 2002, no Colóquio “Substância e Predicação em Aristóteles”, colhi muito proveito dos comentários, críticas e sugestões dos participantes, sobretudo David Charles, Christopher Shields e Mary-Louise Gill.

Em 2006, um minicurso que ministrei em Florianópolis no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFSC ajudou-me a organizar as idéias, sobretudo a respeito de Z-3 e sua relação com Z-13. Agradeço à professora Arlene Reis, pelo convite para ministrar o curso e pelos comentários e sugestões generosas.

Em 2007, voltei ao mesmo assunto em minicurso no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFPR, em Curitiba, a convite da professora Vivianne de Castilho Moreira. Pude novamente beneficiar-me de comentários perspicazes e críticas generosas das professoras Vivianne e Inara Zanuzzi, a quem agradeço. Pouco depois desse minicurso em Curitiba, discutimos o assunto novamente em colóquio em Campinas e, paralelamente, recebemos como pesquisador visitante, para uma série de seminários sobre o livro Z da *Metafísica* de Aristóteles, o professor Stephen Menn, da McGill University, de Montreal. Agradeço ao

professor Stephen Menn pelas excelentes discussões sobre o livro Z e sua articulação com o argumento da *Metafísica* como um todo. Stephen Menn foi de uma generosidade inigualável ao ler e comentar com esmero versões preliminares dos dois primeiros capítulos deste livro. Finalmente, ainda em 2007, em meu estágio de pós-doutoramento na Faculdade de Filosofia da Universidade de Oxford, pude submeter a discussão, no Ancient Philosophy Workshop, uma versão preliminar daquilo que se tornou o capítulo 2 deste livro, e agradeço aos professores Terence Irwin e David Charles pela oportunidade, bem como pelos comentários, objeções, críticas e sugestões. Leslie Brown fez uma sugestão muito útil para reorganizar a estratégia do argumento que exponho neste livro. Agradeço também aos colegas que se reuniram no Oriel College, com o professor David Charles, para discutir vários assuntos diretamente relacionados ao livro Z da *Metafísica*. Devo muito à pertinácia crítica, à discussão meticulosa e amigável, à paciência e aos comentários encorajadores de David Bronstein e Michail Peramatzis.

Devo agradecer a todas as agências de fomento que, de vários modos, contribuíram para a consecução do presente trabalho: ao CNPq, pela bolsa de Produtividade em Pesquisa e pelo apoio a vários eventos em que pude discutir versões preliminares deste trabalho; ao FAEPEX da Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP (FUNCAMP), pelo auxílio para o estágio de pós-doutoramento em Oxford; à CAPES, pelo apoio ao colóquio em que discuti versão preliminar deste livro; finalmente, à FAPESP, pelo auxílio à publicação e pelos benefícios complementares do Projeto Temático “A filosofia de Aristóteles”.

INTRODUÇÃO

OS LIVROS VII E VIII (OU, COMO PREFERIMOS denominá-los, Z e H) da *Metafísica* de Aristóteles incluem-se entre os textos mais comentados na história da filosofia ocidental, mas o volume dos comentários está longe de ter produzido algum consenso mínimo sobre as teses que deles poderíamos extrair. Divergências de interpretação são naturais no ofício de exegese de textos filosóficos, mas, no caso de *Metafísica ZH*, há dificuldades em se obter acordo até mesmo sobre as questões para as quais Aristóteles buscaria respostas, sobre o encadeamento de seus passos argumentativos e, afinal, sobre o assunto a respeito do qual Aristóteles se pronunciou. Recentemente, o autor da tradução comentada da *Clarendon Aristotle Series*, da Oxford University Press, confessou não ter mais esperanças de vir a colher de *Metafísica ZH* alguma teoria filosófica coerente.

Não obstante o desespero do comentador oxoniano, os livros ZH têm sido objeto de várias interpretações nos últimos 20 anos. Aristóteles propõe, nesses livros, uma teoria sobre a *ousia*, termo que foi tradicionalmente traduzido por “substância”. A maior parte das interpretações recentes entende *Metafísica ZH* como um “acerto de contas” com a ontologia menos elaborada que Aristóteles propôs nas *Categorias*, obra que, segundo a opinião aceita de modo quase unânime, teria sido composta pelo jovem Aristóteles. Nas *Categorias*, Aristóteles propõe a tese de que a *substância primeira* seriam os indivíduos, como Sócrates e Cálidas, ao passo que as noções universais pelas quais classificamos os indivíduos de acordo com suas propriedades essenciais seriam *substâncias segundas*. O critério para a construção dessa hierarquia teria sido a noção de subjacência: os indivíduos subjazem a tudo o mais. De fato, eles são substratos nos quais estão inerentes todas as propriedades, e são sujeitos aos quais, em última instância, todos os predicados devem referir-se. Essa ontologia seria uma resposta

ao platonismo que, por julgar que a primazia ontológica deveria seguir (ou ser reduzida a) a prioridade na ordem do conhecimento, teria proposto as Formas universais como entidades mais básicas, das quais os indivíduos sensíveis, submetidos ao devir, seriam parasitários.

No entanto, ao escrever a *Metafísica*, Aristóteles teria notado que a ontologia das *Categorias* seria insatisfatória e exigiria vários aprimoramentos ou retificações. Uma vez introduzida a análise hilemórfica das substâncias sensíveis, o indivíduo deixaria de despontar como entidade mais básica. Talvez seja esta a opinião mais unanimemente aceita entre os intérpretes: o indivíduo das *Categorias* passa a ser, na *Metafísica*, analisado em termos de matéria e forma e, por isso, perde o título de subjacente último e, conseqüentemente, o de substância primeira. A nova perspectiva da *Metafísica* exige, assim, que a noção de subjacência, como critério para discernir quais são as substâncias mais básicas, seja ou bem abandonada, ou bem submetida a severas modificações.

A partir desse núcleo de questões, as interpretações diversificam-se em várias direções, e não cabe a esta introdução escrutinar essa diversidade. Mencionaremos apenas três grupos de interpretações e destacaremos o que eles têm em comum, no intento de melhor elucidar o contraste com nossa própria proposta. Em primeiro lugar, vários intérpretes entenderam os livros ZH da *Metafísica* como um aprimoramento do “critério da subjacência”. Nas *Categorias*, os indivíduos foram reconhecidos como sujeitos básicos, mas, na *Metafísica*, Aristóteles teria reconhecido que a forma é um predicado da matéria. No entanto, seria inadmissível atribuir à matéria o título de substância primeira, pelo fato de que estão intimamente conectadas à noção de substância certas características que a matéria não é capaz de satisfazer: a característica de ser algo determinado em si mesmo e a característica de ter relevância causal na explicação das propriedades que fazem dos indivíduos o tipo de entidades que eles são. Essas características seriam satisfeitas, antes, pela forma, que passaria a receber, em *Metafísica* ZH, o título de *substância primeira*.

As opiniões dividem-se em várias direções, no que respeita aos termos exatos dessa preponderância da forma. Cumpre mencionar apenas dois grupos de interpretações. De um lado, Frede e Patzig introduziram, com sua tradução comentada de *Metafísica* VII, a tese de que Aristóteles reconheceria o primado das *formas individuais*, em detrimento dos indivíduos (reconhecidos como substâncias primeiras nas *Categorias*) e em detrimento dos universais platônicos. Apesar da popularidade que conquistou em seu ímpeto original, essa proposta vem perdendo força nos últimos anos. Por outro lado, outros intérpretes julgaram

que, nos argumentos de *Metafísica* ZH, o “critério da subjacência” teria sido substituído pelo critério da causalidade: para decidir quais são as entidades mais básicas que deveriam contar como substâncias primeiras, não mais importaria discernir os sujeitos primitivos aos quais todos os predicados deveriam, em última instância, remeter, ou nos quais todas as propriedades deveriam estar inerentes; importaria discernir, antes, as entidades que seriam capazes de explicar as demais sem envolver um regresso ao infinito, ou seja, as entidades que, sendo elas mesmas “auto-explanatórias”, seriam capazes de explicar por que as demais têm as propriedades que as caracterizam como tais.

No entanto, todas essas interpretações se fundam em uma suposição comum: a de que seria conceitualmente possível, bem como filosoficamente interessante, propor uma disputa na qual concorreriam entre si os indivíduos (isto é, as substâncias compostas tomadas como indivíduos) e, de outro lado, suas formas. O problema filosófico que Aristóteles teria buscado resolver em *Metafísica* ZH poderia ser captado pela seguinte fórmula: “as entidades mais básicas da ontologia, isto é, as substâncias primeiras, seriam os indivíduos ou as formas?” Essa questão, no entanto, soa-nos como um *erro categorial*, pois propõe um *paragone* (ou um *agôn*) entre dois itens que parecem responder a problemas filosóficos bem distintos. Por um lado, Aristóteles admite que os indivíduos são as entidades mais básicas, entre todas as coisas que existem, e não há nenhum indício de que ele tenha abandonado essa tese em *Metafísica* ZH. Por outro, quando se trata de saber por que esses indivíduos são o que são, isto é, têm as características que os fazem ser o que são, é claro que eles mesmos não mais oferecem uma boa resposta. Procura-se, nesse caso, saber quais são os princípios que determinam e/ou explicam por que os indivíduos se apresentam como as entidades básicas que eles são. Em *Metafísica* ZH, Aristóteles parece interessado em outorgar a esses princípios o título de substâncias primeiras, mas o mero fato de que essa expressão é a mesma que ele usou nas *Categorias* para demarcar a preponderância dos indivíduos não constitui nenhuma prova (nem sequer indício) de que ele esteja a comparar, no âmbito de uma mesma questão, os indivíduos e os princípios que explicam esses indivíduos. Não podemos dizer que Aristóteles queira substituir sua velha opinião de que as substâncias primeiras são os indivíduos pela nova opinião de que as substâncias primeiras são as formas desses indivíduos (sejam elas formas individuais ou universais).

Na literatura recente, Wedin deu-se conta do problema, com muita pertinência. Em *Categorias*, Aristóteles está interessado em encontrar as entidades mais básicas de sua ontologia, entendida como uma lista meramente *descritiva*

daquilo que está dado no mundo. Em *Metafísica* ZH, no entanto, Aristóteles está interessado em discernir as *causas* que explicam essas entidades mais básicas, e os dois interesses, longe de serem incompatíveis entre si, longe de se sobrepor ou de se anularem reciprocamente, são perfeitamente complementares. Mas devemos acrescentar que a complementaridade não significa que os dois interesses possam ser reduzidos a um denominador comum. Há um interesse *descritivo*, que procura identificar quais seriam as entidades mais básicas, e há um interesse *explicativo*, que procura identificar as causas que determinam por que essas entidades mais básicas têm as características que as qualificam como tais. O fato de Aristóteles formular alguns impasses do livro III de sua *Metafísica* (sobretudo o nono e o décimo segundo) como se eles envolvessem um denominador comum entre esses dois interesses não prova nada, pois nada indica que, ao resolver os impasses, Aristóteles tenha de aceitar a pertinência de suas formulações originais. Na verdade, a solução de vários impasses consiste em dizer que aquilo que se apresentou como um dilema (e, portanto, como uma *aporia*) não é um dilema, pois confunde indevidamente na mesma questão dois problemas que podem ser resolvidos por respostas independentes entre si.¹

Acrescentemos que a distinção desses dois interesses é bem marcada por *usos* ou *sentidos distintos* do termo “*ousia*”. Ao reconhecer os indivíduos como substâncias primeiras, Aristóteles está a usar o termo “*ousia*” no sentido de entidade auto-subsistente ou coisa similar. Mas, ao dizer que as formas são substâncias primeiras, Aristóteles usa o termo “*ousia*” em sentido distinto: ele remete à noção de *substância de algo* ou *essência de algo* (com complemento genitivo), entendida como causa pela qual se determina que algo tem as propriedades relevantes que fazem dele o que ele é. Diante dessas distinções, faz pouco ou nenhum sentido atribuir a Aristóteles o interesse de decidir se é o indivíduo ou a forma que merece o título de substância primeira. Julgamos que essa comparação nem sequer é conceitualmente pertinente e está muito longe de captar os interesses filosóficos que comandam os argumentos de que

1 De fato, dizer que os princípios são, de um modo, individuais, mas, de outro modo, universais (que é a solução do décimo segundo impasse, em *Metafísica* XIII-10) consiste em dizer que não podemos dar a mesma resposta para duas perguntas que são distintas e independentes entre si: se queremos explicar por que existem as substâncias individuais, é claro que devemos apelar a princípios que são individuais, pois somente indivíduos são dotados do poder de trazer algo à existência. Mas, se queremos explicar por que as substâncias individuais são como elas são, é claro que precisamos recorrer a conceitos universais. Mas essa resolução do impasse é capaz de decidir que um dos tipos de princípio é “mais princípio” que o outro? Essa resolução mostra, ao contrário, que não há como comparar os dois tipos de princípio como se ambos concorressem para a satisfação de um mesmo interesse.

Aristóteles se ocupa nos livros ZH da *Metafísica*. A compreensão desses textos exige, portanto, outra perspectiva.

Em nosso capítulo 1, explicaremos, a título de antecipação abreviada e promissória, de que modo entendemos a estratégia do argumento de Aristóteles em *Metafísica* ZH. Mais particularmente, tentaremos elucidar quais são as questões filosóficas que, em nosso juízo, Aristóteles procura responder em *Metafísica* ZH. Para esse objetivo, exporemos a distinção entre os dois usos de “ousia” nos textos de Aristóteles, assim como explicaremos de que modo essa distinção faz parte de uma estratégia refutativa dirigida contra adversários platônicos que julgaram poder equiparar prioridade ontológica e prioridade lógico-explanatória. Os platônicos conceberam que os mesmos critérios discerniriam *quais* são as substâncias (o que responde à prioridade ontológica) e *quais* são os primeiros princípios e as primeiras causas, ou, em outros termos, as essências dos entes (o que responde à prioridade explanatória). Nessa perspectiva, pode-se conceber que os mesmos argumentos que procuram provar que *X não é essência* daquilo de que se pretende que seja essência podem provar que *X não é substância*, assim como se pode conceber que provar que *X não é essência* daquilo de que se pretende que seja essência pode ser parte de uma estratégia mais ampla que visa provar que *X não é substância*. Nossa interpretação considera os argumentos de ZH precisamente nesta perspectiva: Aristóteles quer apenas destruir as razões alegadas pelos platônicos para introduzir as Formas universais como substâncias separadas das coisas sensíveis.

Em nosso capítulo 2, tentaremos caracterizar com mais detalhe as teses platônicas contra as quais Aristóteles argumenta em *Metafísica* ZH. Analisaremos com detalhe dois textos: o argumento principal de Z-13, exposto em 1038^b 9-15, e o segundo lado da sétima aporia do livro Beta, exposto em 999^a 17-24. Discutiremos o modo pelo qual os adversários entendem a noção de *separação* que é introduzida em 999^a 17-24 como requisito para discernir quais são os princípios e quais são as noções de prioridade que se associam a essa noção. Nesse âmbito, analisaremos aquilo que denominamos como “teste da *synanairesis*”, que é o teste concebido pelos platônicos para aferir as relações de prioridade que caracterizam os princípios. Em seguida, discutiremos *por que* os adversários de Aristóteles conceberam que os universais satisfazem os requisitos para serem considerados como princípios e relacionaremos esse ponto às teses de que os universais são essências daquilo de que se predicam e são substâncias separadas daquilo de que se predicam. De tudo isso, pretendemos concluir que o conceito de “universal” envolvido nas discussões antiplatônicas

de ZH não pode ser entendido do modo tradicional e não pode ser tomado como uma concepção que Aristóteles e seus adversários platônicos admitiriam de comum acordo.

Em nosso capítulo 3, analisaremos com detalhe quase todos os argumentos propostos por Aristóteles em Z 13-16, no intento de mostrar que a noção de “universal” que está presente nessa discussão é exatamente a que pretendemos. Trata-se de concepção que Aristóteles não partilha com seus adversários: o universal em questão é entendido como um predicado “comum” que, em virtude de certas propriedades lógicas peculiares, satisfaria o teste da *synanairesis* e contaria como substância separada e essência daquilo de que se predica.

Um vez explicado de que modo concebemos as teses adversárias contra as quais Aristóteles argumenta, passaremos a uma exposição mais linear, acompanhando a seqüência dos capítulos do livro Z. Assim, em nosso capítulo 4, analisaremos Z-3 e procuraremos mostrar que o argumento de Aristóteles tem por propósito analisar a noção de *ousia* entendida como essência e “causa do ser”. Os quatro itens listados em Z-3 correspondem a quatro modos diversos de entender em que consiste a *ousia* como essência, isto é, como causa pela qual se explica por que *X* tem as propriedades que o caracterizam enquanto tal. O resultado final de Z-3 consiste simplesmente em estabelecer uma plataforma inicial para a investigação subsequente, que já assume, como algo a ser mais bem especificado, a tese de que a *ousia* é a forma das substâncias sensíveis (isto é, das substâncias compostas de matéria e forma).

Em nosso capítulo 5, analisaremos o conjunto de capítulos Z 4-6, os quais, em nossa interpretação, se relacionam à perspectiva assinalada pelo advérbio *logikôs*: trata-se de delimitar e discutir uma série de propriedades formais que a noção de quiddidade deve satisfazer, bem como explorar as dificuldades decorrentes da não-satisfação dessas mesmas propriedades. Em alguns momentos, afloram nessas discussões certos critérios mais estritos que devem ser satisfeitos pela definição de uma substância (não mais por qualquer definição, do ponto de vista meramente formal), e esses critérios incidem sobre a relação entre os elementos que constituem o enunciado *definiens* de uma substância. Como veremos, a motivação dessas questões mostra que, apesar das disparidades de superfície, a argumentação dos livros ZH é bem coesa: são retomados em Z 10-12 não apenas os critérios para a definição de uma substância, mas também os problemas analisados em Z 5-6.

No capítulo 6, examinamos brevemente o conjunto Z 7-9, para colher apenas as teses mais básicas que parecem garantir a continuidade do argumento

de Z. De fato, o objetivo de Aristóteles em Z 7-9 consiste em introduzir a análise hilemórfica da substância composta e mostrar que, no processo de geração pelo qual vem a ser uma substância composta individual, se pressupõem como elementos previamente dados tanto a forma como a matéria. Isso de certo modo quer dizer que tanto a forma como a matéria sobrevivem à substância composta no teste da *synanairesis* e teriam, assim, os mesmos direitos ao título de substância separada, se esse título fosse aferido por esse teste. Esses resultados de Z 7-9 estão pressupostos na primeira sentença de Z 10, que formula o programa para os próximos três capítulos, o que revela a íntima coesão entre as etapas pelas quais o argumento de ZH progride.

No capítulo 7, analisamos os argumentos de Z-10, procurando explorar todos os pressupostos que lhes garantem uma progressão coerente, bem como as possíveis conseqüências que deles decorrem. Tentamos mostrar que o foco de Aristóteles se concentra nas relações entre as partes do enunciado *definiens* de uma substância composta e no modo pelo qual essas relações supostamente explicariam a unidade do *definiendum*, ele mesmo composto de partes. Muitos supõem que Aristóteles defende em Z-10 a tese de que a matéria, como parte da substância composta, lhe seria posterior (no sentido relevante) e deveria ser excluída de seu enunciado definitório. Contra esse tipo de interpretação, buscamos mostrar que o argumento de Aristóteles se dirige contra os adversários que, embora admitam o teste da *synanairesis* como critério para discernir os elementos a serem mencionados no enunciado *definiens* de algo, não admitem que a matéria deva ser considerada como parte do enunciado *definiens* da substância composta, embora a matéria sobreviva à substância composta no teste da *synanairesis*. Os argumentos de Aristóteles rebatem as teses adversárias: por um lado, trata-se de mostrar que aquilo que vale para a matéria que constitui indivíduos suscetíveis de geração e corrupção não vale necessariamente para os *tipos* de materiais de que se constituem certos tipos de entidade; por outro lado, trata-se de mostrar que descrever a matéria da substância composta como *partes corporais* pode levar a equívocos. De todo modo, tentamos mostrar que o argumento de Z-10 é transitório e inconclusivo e transmite a Z-11 um legado de questões ainda não resolvidas.

Em nosso capítulo 8, examinamos Z-11, buscando mostrar que Aristóteles procura refutar certo método platônico de definir a substância composta por eliminação da matéria e redução às Formas numéricas. Aristóteles não procura estabelecer um modelo completo para a definição das substâncias compostas. Essa tarefa compete à “filosofia segunda”, e Aristóteles em Z-11 considera essas

questões apenas como um modo de combater as razões que os platônicos alegaram para introduzir as Formas como substâncias separadas das coisas sensíveis.

Em nosso capítulo 9, examinamos Z-12 e passagens relevantes de H-6, procurando mostrar que o objetivo de Aristóteles consiste em melhor elucidar os critérios propostos para a definição de substâncias compostas em Z-4, 1030^a 2-17. Argumentamos que o propósito de Aristóteles não consiste em estabelecer o método da divisão contínua “pela diferença da diferença” como instrumento para definir a substância composta, nem como ferramenta de classificação empírica. Aristóteles assume o método de divisão apenas como um expediente apropriado para elucidar aquilo que pede elucidação desde Z-4, 1030^a 10-11, a saber: como os elementos de um enunciado *definiens* devem relacionar-se entre si de modo a explicar a unidade do *definiendum*. Essas mesmas considerações já elucidam, ainda que indiretamente, de que modo a definição da substância composta respeita o princípio de que nenhuma substância pode ser composta de outras substâncias.

No capítulo 10, passamos ao exame de Z-17, dado que o bloco Z 13-16 foi o objeto de nossas preocupações nos capítulos 2 e 3. Procuramos mostrar que a novidade introduzida em Z-17 não consiste na hipótese de que a *ousia* é causa (pois isso está em pauta desde Z-3), mas na análise da noção de causalidade como uma estrutura triádica, na qual a causa é um terceiro termo que pressupõe, como *explanandum*, uma relação entre um sujeito e um atributo. Essa estratégia de Aristóteles tem por objetivo ressaltar que o critério decisivo para discernir causas e princípios não é a prioridade ontológica (ou melhor, a independência em termos de condições de existência), como presumiram os platônicos adeptos da *synanairesis*, mas a eficácia explanatória: uma causa deve explicar, de modo apropriado, as propriedades relevantes do *explanandum*. A segunda parte de Z-17, comparada com trechos decisivos de H-3, permite-nos argumentar que Aristóteles mais uma vez se opõe à *synanairesis* como critério para especificar a *ousia* como causa e princípio: a *ousia* não é o elemento que sobrevive à destruição da substância composta, mas justamente o fator que explica sua unidade interna, bem como as propriedades que a fazem ser o que é.

Finalmente, em nosso capítulo 11, examinaremos algumas questões cuja solução Aristóteles atribui à “filosofia segunda”. Não fica claro, pelos argumentos de ZH considerados isoladamente, qual é, afinal, o modelo para a definição das substâncias compostas de matéria e forma. Não fica claro, sobretudo, o papel da matéria nesse modelo, nem o modo pelo qual a relação entre matéria e forma satisfaz os requisitos propostos em Z-4, 1030^a 2-17, que incidem sobre a relação

INTRODUÇÃO

entre os elementos de um enunciado *definiens*. Tampouco fica claro de que modo as definições da substância composta satisfazem o requisito de que *definiens* e *definiendum* devem ser coextensivos. Para resolver essas questões a contento, analisamos várias passagens de ZH, em comparação com trechos relevantes de obras nas quais Aristóteles toma esses assuntos como foco principal de suas preocupações: *Física*, *De Anima* e *Partes dos Animais*. O conjunto de teses que então atribuímos a Aristóteles não pode ser extraído tão somente dos livros ZH, mas pretendemos ter mostrado que estabelecer tais teses não era o objetivo de Aristóteles em ZH.

Em nossa conclusão, ao mesmo tempo em que buscamos resumir nossos resultados em contraste com outras interpretações, procuramos avaliar até que ponto podemos dizer que Aristóteles, nos livros ZH, desenvolve realmente uma teoria da *ousia*. Nossa resposta é positiva, mas ressaltamos que convém considerar a divisão do trabalho entre “filosofia primeira” e “filosofia segunda”: Aristóteles considerou vários problemas relativos à noção de *essência*, mas os considerou apenas no interesse de resolver o problema relativo à existência de substâncias supra-sensíveis. É natural que, para completar sua teoria sobre a essência e a definição das substâncias compostas, Aristóteles contasse com os argumentos que desenvolveu em outras obras.